CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 35 • Sábado, 01 de Agosto de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

MPPE investiga suspeita de superfaturamento em compra de R$ 5 milhões de aparelhos de ar-condicionado para escolas do Recife

DIVULGAÇÃO



PÁG. 4



Paulista mergulha no abandono: buracos, lixo e descaso tomam conta das ruas e revoltam moradores PÁG. 3

ARTIGOS



ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Dívida pública, ajuste fiscal e o futuro da economia brasileira PÁG. 5

Ações policiais registram recorde de tiroteios e baleados no Grande Recife, aponta Instituto Fogo Cruzado PÁG. 3

DIVULGAÇÃO



André Mendonça autoriza PF a investigar Lulinha por suspeita de tráfico de influência no Ministério da Saúde PÁG. 2

DIVULGAÇÃO



Polícia Civil prende suspeito de integrar quadrilha especializada em roubos de veículos e recupera automóveis no Recife PÁG. 3

DIVULGAÇÃO



Buracos, lixo e infestação de maruins agravam rotina de moradores na Rua Benjamin Constant, em Olinda PÁG. 4

DIVULGAÇÃO



Advogado do caso, Antônio Campos e a prefeita de Olinda, Mirella Almeida

Mirella e Chiquinho sofrem importante derrota no TSE PÁG. 5

André Mendonça autoriza PF a investigar Lulinha por suspeita de tráfico de influência no Ministério da Saúde

FOTO DIVULGAÇÃO



O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal a instaurar um inquérito para investigar o empresário Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, filho mais velho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A investigação apura suspeitas dos crimes de tráfico de influência e corrupção em negociações envolvendo o Ministério da Saúde.

A decisão atende a um pedido da Polícia Federal, que pretende esclarecer se Lulinha atuou para favorecer interesses privados junto ao governo federal. A investigação também alcança a empresária Roberta Luchsinger e o lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do INSS", apontado pela PF como um dos principais investigados no esquema de fraudes revelado pela Operação Sem Desconto.

Segundo a representação encaminhada ao STF, a Polícia Federal apura se houve atuação para beneficiar uma empresa do setor de cannabis medicinal em processos relacionados ao Ministério da Saúde. A suspeita é de que os investigados tenham buscado facilitar negociações e obter vantagens por meio da influência junto a integrantes do governo federal.

A investigação também pretende verificar contatos entre os investigados e servidores públicos, incluindo integrantes do gabinete da Presidência da República e do Ministério da Saúde, para identificar se houve interferência indevida em decisões administrativas.

O chamado "Careca do INSS" está preso desde 2025 e é apontado como um dos principais operadores do esquema de descontos irregulares em aposentadorias e pensões investigado pela Operação Sem Desconto. As apurações indicam que ele também mantinha interesses comerciais ligados ao mercado de cannabis medicinal e buscava ampliar negócios junto ao governo federal.

A defesa de Lulinha nega qualquer irregularidade e classificou a investigação como uma "pesca probatória", sustentando que não há elementos concretos que justifiquem a abertura do inquérito. A defesa de Roberta Luchsinger também afirma que não houve repasse de recursos ao empresário nem prática de atos ilícitos.

A autorização do ministro André Mendonça não representa condenação nem reconhecimento de culpa. A decisão apenas permite que a Polícia Federal realize diligências, colete provas, ouça testemunhas e aprofunde as investigações para verificar se houve ou não prática criminosa. Ao final da apuração, caberá ao Ministério Público decidir se apresenta denúncia ou pede o arquivamento do caso.

MPPE investiga suspeita de superfaturamento em compra de R$ 5 milhões de aparelhos de ar-condicionado para escolas do Recife

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) abriu um inquérito civil para investigar possíveis irregularidades na compra de 672 aparelhos de ar-condicionado destinados à rede municipal de ensino do Recife. O contrato, firmado em março de 2025 pela Secretaria de Educação com a empresa Harpia Solutions S.A., de Manaus (AM), alcançou o valor de R$ 5.020.726,01 após um aditivo contratual e passou a ser alvo de apuração por suspeita de superfaturamento e de possíveis falhas na forma de contratação.

A investigação é conduzida pela Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital, por meio de portaria assinada pela promotora Andréa Magalhães Porto Oliveira. O objetivo é verificar se houve prejuízo aos cofres públicos, além de analisar a legalidade da adesão a uma Ata de Registro de Preços do Governo do Maranhão, mecanismo utilizado pela Prefeitura do Recife para adquirir os equipamentos sem realizar uma nova licitação.

DIVULGAÇÃO



Segundo o MPPE, a investigação teve origem em informações encaminhadas pelo Ministério Público de Contas de Pernambuco (MPC-PE), que também instaurou procedimento para analisar o contrato. A fiscalização é realizada pela Gerência de Educação (GEDU-02) do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), que apura se os valores pagos estavam acima dos praticados no mercado e se a adesão à ata de preços observou todos os requisitos legais.

O procedimento do MPC tramita sob sigilo, mas o Ministério Público Estadual determinou o envio das informações produzidas pelos auditores em até 15 dias úteis para subsidiar o inquérito civil.

CONTRATO ULTRAPASSOU R$ 5 MILHÕES

De acordo com dados do Portal da Transparência, a contratação previa inicialmente um investimento próximo de R$ 3 milhões, mas o contrato recebeu um aditivo que elevou o valor final para R$ 5.020.726,01.

FORAM ADQUIRIDOS:

262 aparelhos de 18 mil BTUs;
250 aparelhos de 24 mil BTUs;
75 aparelhos de 30 mil BTUs;
85 aparelhos de 12 mil BTUs.

Os equipamentos seriam destinados à climatização de escolas da rede municipal, dentro de um programa de melhoria da infraestrutura das unidades de ensino.

INVESTIGAÇÃO VAI ANALISAR PREÇOS E CONTRATAÇÃO

Além de verificar eventual sobrepreço nos aparelhos, o MPPE também pretende esclarecer se houve justificativa técnica suficiente para a utilização da chamada "carona" em uma ata de registro de preços de outro estado, modalidade permitida pela legislação, mas que exige demonstração de vantagem econômica para a administração pública.

Os promotores querem saber se a Prefeitura realizou pesquisas de mercado adequadas antes da contratação e se os preços pagos eram compatíveis com os valores praticados por outros fornecedores.

Caso sejam confirmadas irregularidades, o Ministério Público poderá propor ação civil pública, ação de improbidade administrativa e medidas para ressarcimento dos cofres públicos.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Paulista mergulha no abandono: buracos, lixo e descaso tomam conta das ruas e revoltam moradores

DIVULGACÃO



A cidade de Paulista enfrenta uma crise de infraestrutura que tem provocado revolta entre moradores. Ruas tomadas por buracos, acúmulo de lixo e falta de manutenção revelam, segundo a população, o descaso da atual gestão municipal com problemas básicos que afetam diretamente a rotina de quem vive e trabalha no município.

Na Avenida Costa Azul, em Pau Amarelo, a situação chegou ao limite. A quantidade de buracos compromete a circulação de veículos e provocou a suspensão do atendimento de linhas de ônibus, prejudicando moradores que dependem do transporte coletivo para chegar ao trabalho, escolas e serviços de saúde. O problema levou a população a realizar protesto cobrando providências da Prefeitura.

Mas os problemas não ficam restritos a um único ponto da cidade. Na Avenida Benjamim, em Fragoso, moradores também denunciam as condições precárias da via, marcada pela deterioração do pavimento e pela falta de uma intervenção efetiva do poder público.

O cenário encontrado em diferentes bairros de Paulista é de ruas deterioradas, lixo acumulado e moradores convivendo diariamente com transtornos que deveriam ser enfrentados com ações permanentes de limpeza urbana, pavimentação e manutenção das vias.

Enquanto a população enfrenta prejuízos, a Prefeitura é cobrada por uma resposta mais rápida e eficiente. Para os moradores, a cidade precisa deixar de conviver com soluções paliativas e receber investimentos capazes de recuperar a infraestrutura urbana. O abandono das ruas também representa risco para motoristas, motociclistas e pedestres, além de prejudicar o comércio e a mobilidade de toda a população. A cobrança agora é para que a gestão municipal transforme anúncios em obras e devolva condições dignas de circulação aos paulistenses.

Ações policiais registram recorde de tiroteios e baleados no Grande Recife, aponta Instituto Fogo Cruzado

DIVULGAÇÃO



Apesar da redução no número geral de episódios de violência armada na Região Metropolitana do Recife (RMR), o primeiro semestre de 2026 registrou o maior número de tiroteios e pessoas baleadas durante ações e operações policiais desde o início da série histórica do Instituto Fogo Cruzado, em 2019. Os dados revelam um crescimento expressivo dos confrontos envolvendo forças de segurança, ao mesmo tempo em que apontam o avanço de disputas entre grupos criminosos e da violência associada a roubos.

Entre janeiro e junho deste ano foram contabilizados 60 tiroteios durante ações policiais, um aumento de 88% em relação ao mesmo período de 2025, quando houve 32 registros. Também foram 52 pessoas baleadas nesses confrontos, o maior número da série histórica do instituto. Em 2025, haviam sido registradas 29 vítimas.

Os confrontos envolvendo policiais corresponderam a 9% de todos os tiroteios registrados na Região Metropolitana do Recife no semestre. Para o Instituto Fogo Cruzado, o crescimento desse indicador demonstra uma participação cada vez maior das operações policiais nos episódios de violência armada.

Apesar desse cenário, o levantamento aponta uma queda na violência armada em geral. Foram registrados 645 tiroteios na Região Metropolitana, redução de 12% em comparação com os 736 contabilizados no primeiro semestre de 2025. O número é o menor desde o início da série histórica. Também houve redução no total de pessoas baleadas, que caiu de 849 para 728 vítimas.

O relatório, entretanto, chama atenção para outros indicadores preocupantes. O número de pessoas baleadas durante assaltos chegou a 53, o pior resultado para um primeiro semestre desde 2021 e 89% superior ao registrado em igual período do ano passado. Também foi registrado recorde de 22 tiroteios motivados por disputas entre grupos armados, o maior número da série histórica.

Entre os municípios da Região Metropolitana, o Recife concentrou o maior número de ocorrências, com 243 tiroteios, seguido por Jaboatão dos Guararapes (108), Cabo de Santo Agostinho (58), Olinda (56) e Paulista (32).

O levantamento também mostra o impacto da violência sobre profissionais e moradores. Oito agentes de segurança foram baleados no semestre, dos quais seis morreram. Além disso, 118 pessoas foram atingidas dentro de casa, 30 durante eventos, 26 dentro de automóveis, 15 em bares e 11 em barbearias. Entre as vítimas estavam 657 adultos, 54 adolescentes, 15 idosos e duas crianças. O instituto também registrou 15 vítimas de bala perdida, número inferior ao observado no mesmo período de 2025.

Segundo o Instituto Fogo Cruzado, os principais motivos dos disparos de arma de fogo registrados no primeiro semestre foram homicídios e tentativas de homicídio (546 ocorrências), seguidos por ações e operações policiais (60), roubos e tentativas de roubo (52), brigas (25) e disputas entre grupos armados (22).

Polícia Civil prende suspeito de integrar quadrilha especializada em roubos de veículos e recupera automóveis no Recife

Uma ação integrada da Polícia Civil de Pernambuco resultou na prisão em flagrante de um homem de 19 anos suspeito de integrar uma organização criminosa especializada em roubos de veículos na Região Metropolitana do Recife. A operação, realizada na última terça-feira (28), também possibilitou a recuperação de três veículos roubados e reforçou as investigações sobre a atuação do grupo, que utilizava carros adulterados como apoio para a prática de novos crimes.

A prisão foi efetuada por policiais da Delegacia de Polícia de Roubos e Furtos de Veículos (DPRFV/DEPATRI), em uma ação conjunta com o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODS) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os trabalhos foram coordenados pelos delegados Alfredo Jorge, Marcos de Castro e Felipe Dubeux.

O preso, um homem de 19 anos, foi autuado pelos crimes de roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, receptação, associação criminosa armada e adulteração de sinal identificador de veículo automotor.



ROUBO DEU INÍCIO ÀS INVESTIGAÇÕES

As diligências começaram após o registro do roubo de um Toyota Corolla Cross, ocorrido na manhã da segunda-feira (27), no bairro do Engenho do Meio, Zona Oeste do Recife.

Segundo a investigação, a vítima foi rendida por um homem armado, que ordenou sua saída do veículo. Durante a fuga, o automóvel roubado foi acompanhado por um Nissan Kicks branco, utilizado como veículo de apoio pelos criminosos.

As equipes da DPRFV já monitoravam esse Nissan Kicks, apontado como participante de diversos roubos de veículos registrados principalmente na Zona Norte do Recife. O carro havia sido roubado no início de julho e circulava com placas clonadas diferentes para dificultar a identificação e permitir sua reutilização em novos crimes.

MONITORAMENTO LEVOU À PRISÃO

Após diligências ininterruptas, o Toyota Corolla Cross foi localizado no bairro do Brejo do Beberibe, onde passou a ser monitorado de forma velada pelos policiais.

Durante a vigilância, os agentes flagraram o preso assumindo a direção do veículo, que já circulava com placas clonadas. Ao receber ordem de parada, o suspeito tentou fugir em alta velocidade, realizando manobras que colocaram em risco policiais e outros motoristas. Depois de perder o controle do automóvel, ele foi alcançado e preso em flagrante.

"A tentativa de fuga reforçou os indícios da participação do investigado na organização criminosa. A rápida atuação das equipes permitiu a prisão sem que houvesse feridos e garantiu a recuperação do veículo antes que ele fosse levado para o interior do Estado", destacou Marcos de Castro.

MAIS DOIS VEÍCULOS RECUPERADOS

Durante a continuidade das diligências, o investigado indicou aos policiais o local onde estava escondido o Nissan Kicks branco utilizado como veículo de apoio no roubo do Corolla Cross e em outros crimes semelhantes.

Nas proximidades, as equipes localizaram ainda um Hyundai Creta azul, roubado durante a madrugada do dia anterior no bairro do Bongi, também na capital pernambucana.

Além disso, a vítima do roubo do Corolla Cross reconheceu formalmente o homem como o autor da abordagem armada.

GRUPO TINHA DIVISÃO DE FUNÇÕES

Em interrogatório, o suspeito confessou integrar, há cerca de um mês, uma organização criminosa composta por aproximadamente seis integrantes.

Segundo seu relato, havia uma clara divisão de tarefas entre os membros do grupo: enquanto alguns executavam os roubos, outros escondiam os veículos para verificar a existência de rastreadores, substituíam as placas adulteradas e transportavam os automóveis para cidades do interior, onde eram entregues a receptadores previamente combinados.

O investigado também admitiu participação em outros roubos de veículos ocorridos na capital: "As informações obtidas durante o interrogatório demonstram que se trata de um grupo estruturado, com funções bem definidas e atuação reiterada. Nosso trabalho agora é identificar todos os integrantes, responsabilizá-los criminalmente e recuperar outros veículos que possam estar em poder da organização", afirmou o delegado Marcos de Castro.

Buracos, lixo e infestação de maruins agravam rotina de moradores na Rua Benjamin Constant, em Olinda

DIVULGAÇÃO



A Rua Benjamin Constant, no bairro de Sítio Novo, em Olinda, enfrenta uma situação que tem revoltado moradores e comerciantes. Considerada um importante corredor de ônibus e de comércio, a via faz a ligação entre Sítio Novo e o bairro de Salgadinho, onde está localizado o Centro de Convenções de Pernambuco. No entanto, os inúmeros buracos e a falta de manutenção transformaram o trecho em um cenário de dificuldades diárias.

A deterioração da pista levou as empresas de transporte coletivo a deixarem de circular pela rua, obrigando passageiros a caminhar distâncias maiores para ter acesso aos ônibus. Idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores e estudantes estão entre os mais prejudicados.

A moradora Maria relata que a situação se arrasta há meses e afirma que o abandono vai além dos buracos. Segundo ela, a presença de lixo e água acumulada favoreceu a proliferação de maruins, causando incômodo constante.

"Os ônibus não passam mais por aqui por causa dos buracos. Quem mora na rua precisa caminhar muito para pegar transporte. Além disso, estamos sofrendo com os maruins. A gente vive se coçando. Está difícil viver nessa situação", desabafa.

Os prejuízos também atingem o comércio local. Proprietário de um estabelecimento na Rua Benjamin Constant, Almie afirma que a queda no movimento é consequência direta das condições da via.

"Os clientes deixaram de vir porque o acesso ficou muito ruim. Quem passa de carro evita a rua, e sem os ônibus a circulação de pessoas diminuiu bastante. Estamos sendo prejudicados e ninguém apresenta uma solução", reclama.

Moradores afirmam que o problema já foi comunicado diversas vezes à Prefeitura de Olinda, mas cobram uma intervenção urgente. Eles defendem que a recuperação da Rua Benjamin Constant é fundamental por se tratar de uma importante ligação entre bairros e uma via estratégica para a mobilidade urbana da cidade.

Em nota, a Prefeitura de Olinda informou que a Rua Benjamin Constant está incluída no cronograma de obras e que as intervenções deverão ser realizadas ainda neste segundo semestre. Enquanto o serviço não começa, moradores e comerciantes convivem diariamente com os transtornos e cobram que a promessa saia do papel.

Praia Del Chifre expõe abandono e reforça críticas à gestão Mirella Almeida; lixo e buracos se espalham por Olinda

Mauricio Ferry/DP Foto



A Praia Del Chifre voltou a evidenciar um problema que, segundo moradores, já não se limita ao litoral de Olinda. O acúmulo de lixo, plásticos, entulhos e até resíduos hospitalares encontrados na faixa de areia e no mar reforça a percepção de abandono e amplia as críticas à gestão da prefeita Mirella Almeida em relação à limpeza urbana e à manutenção da cidade.

Reportagem publicada pelo Diario de Pernambuco mostrou que, entre os materiais descartados irregularmente na praia, foram encontrados seringas, ampolas, embalagens de medicamentos, garrafas plásticas, pneus, pedaços de madeira, restos de construção, microplásticos e diversos outros resíduos. Especialistas alertam que a situação representa riscos à saúde pública, ameaça a fauna marinha e agrava a degradação ambiental.

O problema, no entanto, vai muito além da Praia Del Chifre. Em praticamente toda a orla de Olinda, desde o Bairro Novo até Rio Doce, é possível encontrar lixo espalhado pela areia, resíduos trazidos pela maré e pontos com descarte irregular. Moradores afirmam que a limpeza realizada não consegue impedir que a sujeira permaneça ou retorne poucos dias depois.

As reclamações também se estendem para o restante do município. Em diversos bairros, ruas e avenidas apresentam buracos que dificultam a circulação de veículos, motociclistas, ciclistas e pedestres. Há vias onde o pavimento está deteriorado há meses, obrigando motoristas a realizar manobras para desviar das crateras e aumentando o risco de acidentes.

Problemas de infraestrutura também afetam corredores importantes da cidade. Em algumas localidades, o transporte público precisou alterar itinerários devido às condições do pavimento. Comerciantes relatam queda no movimento, enquanto moradores convivem diariamente com lama durante o período chuvoso, poeira nos dias secos e dificuldades de acesso às próprias residências.

O lixo acumulado também é alvo de constantes reclamações em bairros de diferentes regiões do município. Sacolas espalhadas pelas calçadas, entulhos descartados em terrenos e canais, além de resíduos domésticos acumulados em vias públicas, têm sido registrados com frequência por moradores e divulgados nas redes sociais e na imprensa local. O cenário favorece a proliferação de insetos e roedores e aumenta a preocupação com doenças relacionadas à falta de limpeza urbana.

Embora a Prefeitura de Olinda informe que realiza serviços periódicos de coleta de lixo, varrição, limpeza das praias e operações de manutenção em diferentes bairros, além de atribuir parte dos resíduos encontrados no litoral às correntes marítimas e aos rios que deságuam na costa, as reclamações continuam crescendo e indicam que as ações adotadas não têm conseguido atender à demanda da população.

Olinda é uma cidade reconhecida mundialmente por seu patrimônio histórico, suas praias e pela importância para o turismo pernambucano. No entanto, moradores afirmam que a realidade vivida diariamente contrasta com essa imagem. Para eles, falta uma política permanente e eficiente de limpeza urbana, recuperação das vias, manutenção dos espaços públicos e fiscalização contra o descarte irregular de resíduos.

Diante desse cenário, aumentam as cobranças para que a gestão da prefeita Mirella Almeida priorize serviços essenciais e apresente soluções efetivas para problemas considerados básicos pela população. Enquanto isso, lixo acumulado, buracos e infraestrutura precária seguem fazendo parte da rotina de quem vive e circula por Olinda.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

DÍVIDA PÚBLICA, AJUSTE FISCAL E O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA

O debate sobre a dívida pública voltou ao centro da agenda nacional. Não se trata apenas de uma discussão restrita a economistas ou especialistas em finanças públicas. O tema influencia diretamente a vida de milhões de brasileiros, afetando os juros, o crédito, os investimentos, a geração de empregos e a capacidade do Estado de oferecer serviços públicos de qualidade.

À medida que o país se aproxima das eleições de 2026, a política fiscal tende a ocupar espaço central nas propostas dos candidatos à Presidência da República. Afinal, independentemente da orientação ideológica do próximo governo, haverá um desafio comum: construir uma trajetória sustentável para as contas públicas sem comprometer o crescimento econômico nem ampliar as desigualdades sociais.

A dívida pública federal atingiu R$ 9,27 trilhões em junho de 2026, com alta de 2,6% no mês.

A dívida pública, por si só, não representa um problema. Todas as grandes economias do mundo utilizam o endividamento como instrumento de financiamento. Governos recorrem à emissão de títulos públicos para custear investimentos, enfrentar crises econômicas, realizar obras de infraestrutura e manter políticas públicas essenciais.

O problema surge quando essa dívida cresce continuamente sem que existam perspectivas concretas de estabilização. Nesse cenário, investidores passam a exigir remunerações maiores para financiar o Estado, elevando o custo da própria dívida e reduzindo a confiança na economia.

Nos últimos meses, esse debate ganhou intensidade. O próprio Ministério da Fazenda reafirmou o compromisso de estabilizar a trajetória da dívida pública e reconheceu que será necessário consolidar o ajuste fiscal por meio da melhoria da qualidade dos gastos públicos, da recomposição de receitas e da contenção de despesas consideradas ineficientes.

Ao mesmo tempo, estudos produzidos pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados alertam que o próximo governo encontrará um cenário fiscal bastante desafiador. As projeções indicam que, sem reformas estruturais, a dívida poderá ultrapassar a marca de 100% do Produto Interno Bruto (PIB) na próxima década, exigindo mudanças profundas na gestão das contas públicas.

NÃO EXISTE SOLUÇÃO SIMPLES.

O Brasil convive há décadas com um orçamento extremamente rígido. Previdência, folha de pagamento, benefícios assistenciais, saúde e educação absorvem parcela significativa dos recursos públicos por força da Constituição e da legislação infraconstitucional. Isso reduz drasticamente o espaço para investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica, saneamento básico, mobilidade urbana e políticas de desenvolvimento.

Essa rigidez explica por que qualquer tentativa de ajuste fiscal costuma gerar intenso debate político. Cortar despesas obrigatórias envolve reformas complexas, negociação com o Congresso Nacional e enfrentamento de interesses consolidados.

Ao mesmo tempo, aumentar impostos também encontra limites econômicos e sociais.

É justamente nesse ponto que reside o maior desafio brasileiro.

O país precisa construir um equilíbrio capaz de preservar políticas sociais, estimular investimentos públicos e privados e, simultaneamente, impedir que a dívida continue crescendo de forma acelerada.

Outro aspecto frequentemente negligenciado no debate público diz respeito aos juros.

Existe hoje uma divergência legítima entre economistas sobre as causas do aumento da dívida pública. Uma corrente sustenta que o crescimento das despesas públicas amplia a percepção de risco e mantém os juros elevados. Outra argumenta que o elevado custo da dívida decorre principalmente das próprias taxas de juros praticadas no país, que aumentam significativamente o serviço da dívida. Dados recentes do Banco Central mostram que a incorporação dos juros continua sendo um dos principais fatores de expansão do endividamento público.

Independentemente da corrente econômica adotada, há um ponto de convergência: quanto maior a incerteza fiscal, maior tende a ser o prêmio exigido pelos investidores.

ESSA REALIDADE PRODUZ EFEITOS CONCRETOS SOBRE TODA A ECONOMIA.

Juros elevados encarecem financiamentos imobiliários, dificultam a expansão das empresas, reduzem o consumo das famílias, desestimulam novos empreendimentos e limitam a geração de empregos. Pequenos empresários sentem diretamente esse impacto ao buscar crédito para ampliar seus negócios. Famílias enfrentam parcelas mais altas para adquirir uma casa própria ou financiar um veículo.

OS REFLEXOS CHEGAM TAMBÉM AO SETOR PÚBLICO

À medida que cresce a despesa com juros, reduz-se a capacidade do Estado de investir em obras estruturantes. Recursos que poderiam ser destinados à construção de hospitais, escolas, rodovias, ferrovias, habitação popular e saneamento acabam comprometidos pelo pagamento dos encargos da dívida.

Esse cenário compromete a competitividade do país e reduz sua capacidade de crescimento de longo prazo.

Não por acaso, a credibilidade fiscal passou a ocupar posição estratégica nas avaliações feitas por investidores nacionais e estrangeiros. Países que demonstram estabilidade institucional, previsibilidade das regras e responsabilidade na gestão das contas públicas costumam atrair mais investimentos produtivos, obter financiamentos a custos menores e apresentar crescimento econômico mais consistente.

O debate, contudo, não deve ser reduzido à falsa dicotomia entre responsabilidade fiscal e proteção social.

Não existe desenvolvimento sustentável sem equilíbrio das contas públicas. Da mesma forma, o ajuste fiscal não pode significar abandono das políticas voltadas aos mais vulneráveis.

O VERDADEIRO DESAFIO CONSISTE EM MELHORAR A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO.

Isso envolve combater desperdícios, revisar benefícios tributários pouco eficientes, aperfeiçoar a administração pública, modernizar o Estado, ampliar a transparência orçamentária e promover reformas capazes de garantir sustentabilidade às finanças públicas sem sacrificar investimentos estratégicos.

Mais do que discutir quanto o governo arrecada ou quanto gasta, é preciso discutir como esses recursos são utilizados.

Eficiência deve caminhar ao lado da responsabilidade.

O Brasil dispõe de enorme potencial econômico, riqueza ambiental, mercado consumidor robusto e capacidade produtiva diversificada. Entretanto, continuará enfrentando dificuldades para crescer de forma consistente enquanto permanecer convivendo com elevada incerteza fiscal.

O próximo presidente da República encontrará um país diante de escolhas difíceis. Adiar novamente as reformas estruturais poderá ampliar o custo econômico para as futuras gerações. Por outro lado, decisões bem planejadas poderão abrir espaço para um ciclo mais duradouro de crescimento, geração de empregos e redução das desigualdades.

A responsabilidade fiscal não é um fim em si mesma. Ela constitui um instrumento indispensável para fortalecer a confiança, reduzir o custo do crédito, estimular investimentos, preservar políticas públicas e criar condições para que o desenvolvimento econômico beneficie toda a sociedade.

Mais do que uma exigência dos mercados, trata-se de um compromisso com o futuro do Brasil.

Mirella e Chiquinho sofrem importante derrota no TSE

DIVULGAÇÃO



Advogado do caso, Antônio Campos e a prefeita de Olinda, Mirella Almeida

O ministro Floriano de Azevedo Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou seguimento ao recurso interposto por Mirella Almeida e Chiquinho contra decisão proferida na Ação de Impugnação de Mandato Eletivo(AIME)nº0600372-47.2024.6.17.0010, relacionada às eleições municipais de 2024.

Com a decisão, o processo de cassação dos mandatos da prefeita e do vice-prefeito de Olinda deverá retornar à 100ª Zona Eleitoral de Pernambuco, permitindo a retomada da instrução processual e a produção de provas complementares.

Por determinação legal, a AIME tramita em segredo de justiça. Por essa razão, não serão divulgadas a íntegra da decisão nem as demais peças processuais antes da sentença.

Em seu despacho, seguindo manifestação do Ministério Público Eleitoral, o ministro determinou que, na hipótese de interposição de novo recurso, sejam formados autos suplementares, que deverão ser imediatamente encaminhados ao Juízo da 100ª Zona Eleitoral de Pernambuco para o prosseguimento da fase probatória. Isso fará que os recursos da Prefeita não atrasem o processo.

"Essa decisão representa uma importante derrota para Mirella e Chiquinho. O processo retornará à primeira instância, onde iremos complementar as provas. Os 11 pontos apresentados na AIME, em nosso entendimento, possuem gravidade suficiente para ensejar a cassação dos mandatos da prefeita e do vice-prefeito. Entre o final de agosto e o mês de setembro, deverão ser realizadas diligências e audiências destinadas a demonstrar a ocorrência de abuso de poder econômico e compra de votos em Olinda, que coincidirão com o período eleitoral, onde também estaremos atentos a outros abusos", **afirmou o autor da ação e advogado do caso, Antônio Campos.**